

PODER EXECUTIVO

Nº 104, pág. 5, quinta-feira, 1 de junho de 2017

Decreto nº 38.241, de 31 de maio de 2017, que Altera o Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997, que regulamenta o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.



O Governador do Distrito Federal altera os artigos 82 § 6º, 260-K, 260-L w 260-M assim como o Anexo III do Decreto nº 18.955, de 22 de dezembro de 1997.

Nº 105, pág. 25, sexta-feira, 2 de junho de 2017

Lei nº 5.872, de 31 de maio de 2017, que permite a participação das cooperativas de mão de obra em licitações e contratações promovidas pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências.



A Câmara Legislativa do Distrito Federal Decreta e o Governador do Distrito Federal Sanciona A Lei nº 5.872 de 31 de maio de 2017 que admite-se participação de sociedades cooperativas nas licitações e nas contratações promovidas pela Administração Direta e Indireta do Distrito Federal, exceto quando o objeto da contratação abranja o fornecimento de mão de obra.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

DOU, Nº 103-A, Seção 1 – Edição Extra, pág. 9 quarta-feira, 31 de maio de 2017

Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



O Presidente da República institui o Programa Especial de Regularização Tributária - PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos desta Medida Provisória.